

Geopolítica Brasileira: o desenvolvimento histórico-cultural de uma atividade política

José Alexandre Altahyde Hage¹

Resumo

Nosso propósito neste artigo é analisar a formação da geopolítica brasileira por meio de alguns momentos da história, da cultura e o papel que tiveram na passagem do século XIX para o XX na conformação brasileira. Tradicionalmente, os estudos de geopolítica no Brasil levam em consideração aspectos de poder e sua relação com o espaço territorial. Vale dizer, o espaço como manobra para o poder estatal. Por isso, a caracterização do continentalismo, do poder naval e de outros vetores clássicos que obedecendo a condições intelectuais nacionais foram debatidos e integrados ao campo cultural e político do Brasil. Assim, nosso objetivo é analisar a geopolítica brasileira a partir de itens como a história, a diplomacia, a cultura e a sociologia como complementares aos vetores tradicionais.

Palavras-Chave: Teoria Geopolítica; História Diplomática; Exército Brasileiro.

Geopolítica Brasileña: el desarrollo histórico-cultural de una actividad Política

Resumen

Nuestro propósito en este artículo es analizar la formación de la geopolítica brasileña a través de algunos momentos de la historia, de la cultura y el papel que tuvieron en el pasaje del siglo XIX al siglo XX en la conformación brasileña. Tradicionalmente, los estudios de geopolítica en Brasil llevan en consideración aspectos de poder y su relación con el espacio territorial. Eso es, el espacio como maniobra para el poder estatal. Por eso, la caracterización del continentalismo, del poder naval y de otras líneas clásicas que obedeciendo a las condiciones intelectuales nacionales fueran debatidos y integrados a la área cultural y política de Brasil. Así, nuestro objetivo es analizar la geopolítica brasileña desde los ítems como la historia, la diplomacia, la cultura y la sociología como complementares a las líneas tradicionales.

Palabras Clave: Teoria Geopolítica; História Diplomática; Ejército Brasileño.

Introdução

O que é geopolítica, quem são seus maiores expoentes no Brasil? Quais suas bases teóricas? Como esse ramo de saber passou a existir no Brasil e quais as implicações conceituais a ele ligados? A geopolítica é atividade estritamente ligada ao poder militar ou ela também se liga a outras áreas de importância política? Haveria relação entre geopolítica cultura e história? Essas são questões que tencionamos comentar neste artigo.

¹ Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: alexandrehage@hotmail.com

Por tradição acadêmica, este texto tem por objetivo analisar o significado de geopolítica, seu eixo teórico aglutinador, e seu papel na história recente do Brasil. Disso não se extrai nenhuma originalidade ou novidade, uma vez que muitos são os estudos brasileiros de geopolítica e seu emprego no país. Autores de referência exata no estudo da matéria são encontrados em Oliveiros Ferreira, Shiguenoli Miyamoto, Leonel Itaussu Mello, Wanderley Messias da Costa, Manuel Correia de Almeida e outros que pecamos pelo esquecimento.

Ao dizer “por tradição” não fazemos disso uma obrigação, visto que cada interpretação do que vem a ser geopolítica, bem como sua aplicabilidade, pode trazer alguma contribuição, por menor que seja. Deixar ao menos um traço nessa família é o que esperamos. Rendemos homenagem aos mestres de um determinado saber, seguindo-lhes os passos e procurando, com a necessária modéstia, dar nosso toque pessoal. Por isso, não posso me furtar de procurar explicar o que é geopolítica e sua história no Brasil.

O que esperamos então deste texto? Nosso intuito é fazer leitura “heterodoxa”, da geopolítica, por mais imprecisa e ousada que essa intenção possa demonstrar. O que nos impulsiona não é reproduzir, e para pior, já que não vai trazer nada de novo, o caminho tomado pelos antigos professores. Nossos mestres nos ensinam pensar a geopolítica fazendo conexão entre os pioneiros brasileiros, Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Carlos Meira Mattos e outros com os clássicos europeus e norte-americanos que os influenciaram, citam-se Fredrich Ratzel, Halford Mackinder, Rudolf Kjellen e Nicholas Spykman.

O que tencionamos fazer não é deixar de reconhecer a influência e o emprego dos clássicos e pioneiros brasileiros que, para o bem e para o mal, fizeram história. É que gostaríamos de pensar a possível relação geopolítica com outros campos, a cultura, a criação das ideias, a economia política e com a tradição política de ver a geopolítica como algo natural, informal e pré-acadêmica que habitou os trabalhos de portugueses e brasileiros na procura de manter suas conquistas, evitar perdas e consolidar fronteiras do Estado nacional.

Geopolítica: ciência ou arte?

De início, a geopolítica é considerada parte integrante da ciência política, e tem por objetivo compreender as relações entre o Estado e a geografia. Ela tem sido historicamente ferramenta de auxílio do planejamento estratégico e de política de

segurança em sua concepção mais ampla (MELLO, 1999, p. 74). A geopolítica trabalha com a hipótese de que o poder é algo regular tanto no cotidiano doméstico da vida estatal - a organização espacial interna -, quanto na política internacional, ajudando na formação de fins justificáveis para os blocos de poder.²

O pensamento geopolítico é uma atividade que setores políticos brasileiros fazem há muito tempo, mesmo que inconscientemente, e ainda que sem método regular de organização intelectual. Para não demorarmos no longo período colonial do país, de mais de 300 anos, podemos dizer que em momentos cruciais houve o desenvolvimento de um raciocínio geopolítico por parte dos portugueses e, depois de 1808, pelos luso-brasileiros. Isto porque a vinda da família real portuguesa, fazendo do Rio de Janeiro a capital do império ultramarino no lugar de Lisboa, equipou a primeira de burocracias específicas, como o Ministério da Justiça. Os princípios políticos aplicados pelo príncipe Dom João VI reforçaram na colônia a capacidade de valorizar o espaço territorial e a luta por ele.

Mas ao nos prendermos ao conceito de geopolítica sob a ótica da moderna atividade acadêmica, essa digressão histórica perde o propósito. Afinal, os primeiros cursos superiores só foram fundados no Brasil no século XIX. As faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro são de 1808. As academias de direito de São Paulo e Olinda, depois Recife, tiveram fundação em 1827.³

Assim, a geopolítica considerada mais como arte do que atividade científica, já podia ser encontrada nos tratados de limite que os portugueses negociavam com a Espanha na área mais delicada para ambas as casas reais: a Bacia do Rio da Prata. Mas como arte a geopolítica tem pouquíssima ligação com pressupostos científicos, com leis impessoais, regulares e governadas pela natureza, da mesma forma que o grupo de ciências físicas. Sob o prisma do *positivismo*, a geopolítica não teria lugar como ciência, uma vez que sua atividade se baseia na sensibilidade do político e do diplomata.⁴

² Não usamos geografia política e geopolítica como sinônimos. A geografia política é a cena ambiental, munida de riquezas, obstáculos e na qual as sociedades constroem seu cotidiano, o trabalho, o comércio e a cultura. A geopolítica seria a utilização dessa geografia/espaço para a maximização de poder conforme as condições. Por sua vez, o uso do poder não se reduz, necessariamente, aos conflitos e embates por espaço, ao expansionismo, conforme prega o lugar-comum da geopolítica. Sobre esse debate ver COSTA. 2008.

³ Ainda que seja desnecessário explicar é pertinente informar que na atualidade as duas escolas de medicina fazem parte da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Já as faculdades de direito são partes da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal de Pernambuco.

⁴ Não só seria estranha para o pensamento de Augusto Comte, mas também para aquilo se chama *positivismo lógico* em filosofia da ciência, cujo papel mais representativo é de Karl Popper. No argumento do professor austríaco, ciência é a atividade que permite refutação e corroboração. Ações científicas são postas a testes e devem ser reprodutíveis pelos pares. Caso as atividades passem pelos testes, permitindo

Isso não quer dizer que a geopolítica não seja uma atividade racional, que não apresente metodologia. Afinal, qual papel não tem sido representado pela geopolítica a não ser o de instrumento da razão de Estado, onde desvela-se a inteligência do ente político relacionada ao espaço (HASLAM, 2006, p. 267). Como conselheira do príncipe, esse saber tem servido para orientar o poder e para tirar partido da geografia, das condições ambientais, sobre as quais se conforma a unidade nacional. É isto que veremos através do pensamento geopolítico luso-brasileiro.

O pensamento geopolítico luso-brasileiro

Essa sensibilidade geopolítica, sem dúvida, os escaldados diplomatas e estadistas portugueses possuíam, justamente quando o oponente era mais forte, caso da Espanha, Países Baixos e França. A malícia lusitana é sinônimo de temporização, de desgastar o adversário, procurando tirar-lhe o ânimo que, em alguns momentos, representava também anular a iniciativa da guerra. Tucídides, em seu livro *História da Guerra do Peloponeso*, afirma que o gosto pelo jogo das palavras para confundir o inimigo é instrumento dos povos fracos: “quem pode usar a força não tem necessidade de apelar para o direito” (TUCIDÍDES, 1982, p. 51).

Por outro lado, José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus, enxergam qualidades no espírito temporizador da política portuguesa. Pelo fato de não ter sido uma grande potência militar, Portugal teve de compensar a diminuição das armas pela elevação da palavra e do debate (RODRIGUES e SEITENFUS, 1995, p. 75). Desta forma, para sanar a falta de condições militares para enfrentar de igual para igual espanhóis, franceses e holandeses, os lusitanos tiveram de desenvolver sofisticada atividade histórica, geográfica e jurídica.⁵

Apenas como ilustração, foi utilizando esse cabedal, *supletivo* que Portugal conseguiu demover a Espanha de reivindicar militarmente os territórios ocupados durante

progressão ou regressão, os pressupostos passam a ser vistos como ciência. Ao contrário disso, o que não pode ser testado, é arte. No campo das artes estão a filosofia e as ciências humanas, o que vale para a geografia (POPPER, 1974, p. 263).

⁵ Sabemos que estudos sobre o *caráter nacional* português merecem espaço especial, o que não comporta estas linhas. Porém, José Honório Rodrigues e Ricardo Seitenfus opinam que as características temporizadoras daquele povo resultam do caráter nacional, expressão que ajuda a compreender o modo de ser do português, bem como a forma com a qual ele enfrenta grandes desafios, procurando desgastar o adversário por meio de recursos que fogem à força militar, como o gosto pela história, geografia e direito internacional (RODRIGUES e SEITENFUS, 1995, p. 46).

a expansão luso-brasileira⁶ promovida pelos bandeirantes do século XVII, que partindo do planalto paulista chegaram às raias do Paraguai a caminho do oeste. Da mesma forma, foi com malícia e dissimulação que Dom João VI tomou Caiena em 1809, cuja devolução daquela colônia para Paris somente se deu sob modos compensatórios.

Oliveira Lima (1996) não vê essa retirada luso-brasileira da Guiana Francesa como pura capitulação, porque efetivamente não houve guerra entre os impérios francês e luso-brasileiro. A devolução de Caiena se deu por pressão do Congresso de Viena, de 1815, cujo imperativo era a devolução no lugar de disputa armada. Impedida por aquele concerto de guerrear, a França se submeteu para receber de volta sua valiosa posse sul-americana. Porém, para o autor do livro *Dom João VI no Brasil*, a retirada luso-brasileira não foi sem efeito (LIMA, 1996, p. 357).

Nos trabalhos do Barão do Rio Branco, para consolidar fronteiras brasileiras o Itamaraty valeu-se de documentos e provas que levavam em consideração as atividades luso-brasileiras na Guiana Francesa antes de sua devolução para a França. Neste caso, a diplomacia daquele estadista usou largamente o instituto do *uti possidetis*,⁷ a doutrina do direito internacional público segundo a qual tem direito à posse de determinado território aquele Estado cujo povo demonstra historicamente ali sua presença (REZEK, 1996, p. 11).

Essa herança diplomática se fez ainda na questão de Palmas, de 1895, do Amapá, de 1900 e a do Acre, de 1903. Esse direito dos tratados de antemão não se relaciona com a geopolítica nem com a política de poder, mas demonstra profundos conhecimentos de geografia e história. A geopolítica não é apenas o gosto pela geografia, mas meio para a construção do Estado como potência.

Portanto, apresentar acuidade na geografia e na história foi de grande valia para que Portugal conservasse seu império até 1975. Ainda que considerado vetusto em face da descolonização britânica, iniciada em 1947, com a independência da Índia, o colonialismo lusitano não podia ser lido apenas sob a ótica dos fatores materiais de poder, uma grande armada ou a projeção de armamento nuclear.

⁶ Esta parte pode suscitar controvérsia sobre a atividade em conjunto de portugueses e brasileiros, como se nela houvesse convergência. Mas se considerarmos, por exemplo, a literatura crítica, como de Caio Prado Junior, veremos que para esse historiador marxista a independência brasileira se dá justamente em 1808, com a instalação da corte no Rio de Janeiro, o que transformaria aquela cidade na sede do império colonial luso-brasileiro (PRADO JUNIOR, 1957, p. 43).

⁷ Não se baseando no direito e sim na política, Karl Deutsch acredita que o *uti possidetis* efetivamente não é instrumentos de poder; em última análise, ele não impede a guerra. No entanto, desrespeitá-lo de modo franco, para o antigo professor de Harvard, cobra alto custo e constrangimento que nem sempre o agressor está disposto a pagar (DEUTSCH, 1978, p. 204).

A questão devia ser procurada em algo mais delicado, como o empenho que Portugal teve para se sobressair às grandes crises internacionais e ao pesado jogo das grandes potências.⁸ Expressando malícia diplomática, poder de temporização e sofisticados conhecimentos de geografia e história, Lisboa passou a ser raposa entre leões, usando uma imagem política de Pareto para se dirigir à habilidade em meio à pura força (PARETO *apud* RODRIGUES, 1984, p. 129).

Embora possamos ter demorado na descrição das qualidades políticas portuguesas, o intuito desse trecho foi demonstrar que em grande parte o Brasil é herdeiro desse capital. Com efeito, Dom João VI ao retornar a Lisboa em 1821, não levou com ele o germe daquilo que é a chancelaria brasileira, a Biblioteca Nacional nem o Arquivo. Estas instituições ficaram para compor o patrimônio político e diplomático do país.

E não ficaram apenas as instituições em tijolo e concreto, ficou também o espírito de oportunidade que munuiu a diplomacia brasileira com meios para sobressair às grandes potências e aos conflitos de demarcação de fronteiras que tanto trabalho exigiu de Rio Branco e sua equipe.

A desenvoltura da geopolítica conta como poder militar, com aquilo que a modernidade acadêmica chama de *Hard Power*, mas também envolve planejamento, como a inteligência que habita o equilíbrio português na corda bamba da política internacional e a consolidação brasileira na demarcação de fronteiras e no esforço de industrialização.

Oliveiros Ferreira (2001) acredita que o diplomata e o militar comungam ao menos em um item, na dependência que um tem do outro. Não há projeção política do Estado mundo afora sem o amparo das forças armadas e do *quantum* de poder. Em aspectos tradicionais, o militar é o amparo do diplomata, com o qual afiança a palavra empenhada em tratados:

(...)o diplomata e o militar devem avaliar as situações específicas para que nenhum deles seja colocado em má posição no desempenho de sua função específica. Isso significa que o diplomata necessita saber qual o estado de preparo das Forças Armadas (especialmente se sua ação naquele momento é cuidar da defesa diplomática dos interesses nacionais impostergáveis, aqueles para cuja defesa cabe o emprego da força), e que o militar deve

⁸ Kenneth Maxwell (2006) descreve a desenvoltura da diplomacia portuguesa para escapar das pressões em relação à descolonização. Um ponto alto daquele jogo de cintura foi a diplomacia de Antonio de Oliveira Salazar que, não ignorando a fraqueza de Portugal perante os gigantes da Guerra Fria, procurava manter neutralidade. Salazar valorizava as bases lusitanas dos Açores para a Aliança Atlântica, querendo em troca o silêncio das grandes potências sobre a questão africana nas Nações Unidas.

saber até que ponto o diplomata irá conduzir sua ação, em que linhas, a fim de que ele, militar, possa avaliar qual partido de ação deverá adotar (...). (FERREIRA, 2001, p. 145).

A geopolítica do Brasil

A geopolítica empregada no Brasil teve aspectos primários ou pré-acadêmicos na medida em que a locomoção de diplomatas e militares levava em consideração o entorno geográfico brasileiro e a importância de determinadas posições estratégicas com as quais o país podia almejar vantagens. Assim foi, por exemplo, quando no Segundo Império o Rio de Janeiro somava importância fundamental ao trânsito do Brasil na Bacia do Prata, limitando a ascensão da Argentina e garantindo a independência do Uruguai (DORATIOTO, 2002)

Por isso, também a Guerra do Paraguai (1865-1870) não pode ser interpretada sob moldes românticos e com apelo moral do fraco contra o forte. Ela aconteceu em virtude de três vontades nacionais de criar preeminência sobre a Bacia do Prata, por conseguinte, no Cone Sul: Argentina, Brasil e Paraguai não guerrearam por princípios, mas por poder. A função do Brasil foi procurar manter o *status quo*, o da Argentina foi reconstruir geopoliticamente aquilo que fora o Vice-Reinado do Prata, concentrado em Buenos Aires (DORATIOTO, 2002, p. 39), e o Paraguai de Solano Lopez procurou correr por fora, como *free-rider*, tencionando ganhar prestígio e influenciar os negócios políticos do Cone Sul como um país “bismarkiano” que tinha como ponta-de-lança seu animado exército. O que estava em jogo era a balança do poder regional disputada pelos três Estados. Em suma, a Guerra do Paraguai foi análoga a outros conflitos europeus da mesma época.

A realidade geográfica sul-americana impulsionava o Brasil a tomar medidas de afastamento e atração com o subcontinente. Repulsa ao verificar que para o império as repúblicas sul-americanas eram caóticas e pouco podiam oferecer. Éramos diferentes e para melhor. Já a aproximação se dá com a pregação de que o Brasil é uma nação sul-americana e por isso tem de desenvolver políticas que superem o isolacionismo e construa alguma amizade.

Assim, a geopolítica brasileira guarda três peculiaridades. Primeiro, trata-se de manifestação que beira à experiência deixada pelos portugueses. Esse legado foi comum ao Itamaraty e ao Exército, e teve como ponto de sustentação a cartografia, a historiografia, o direito internacional e a geografia. A peculiaridade brasileira é que o ponto

de amparo não estava exclusivamente nas forças armadas, mas no concurso entre elas e o patrimônio político-diplomático (RODRIGUES e SEITENFUS, 1995, p. 28).

A segunda é que a geopolítica nacional é industrializante. A saber, nos primeiros anos da década do século XX, seus estudiosos acreditavam que o Brasil tinha de se industrializar nos níveis mais adiantados, como na indústria pesada e de bens de capital. O país deveria ter condições de fabricar aço e de dominar seus recursos naturais para fins produtivos. Poderíamos dizer que os estudiosos de geopolítica brasileira procuravam uma economia de progresso, de desenvolvimento, mesmo que esse conceito seja tão fluido para ser atribuído a teóricos, estudiosos e políticos da Primeira República (1889-1930).⁹

A terceira peculiaridade é que o desenvolvimento conceitual da geopolítica não se deu na universidade e nos centros de ensino superior. A preocupação para estudar e fazer da geopolítica um instrumento de ação se deu, à primeira vista, nos quadros do Exército brasileiro. Nossa hipótese para essa peculiaridade é que historicamente somente o Exército e Igreja Católica eram instituições, de fato, nacionais, encontradas em todo o território a partir de 1889; para a primeira, já que a história da segunda se confunde a do Brasil colonial.

Essas eram instituições nacionais em virtude de serem encontradas em todo o Brasil. Mais do que isso, tanto o Exército brasileiro quanto a Igreja expressavam algum propósito universalista. O papel da Igreja era a evangelização onde houvesse gente, por meio de doutrina religiosa relativamente homogênea e educadora, que dava destaque à Companhia de Jesus. Códigos, condutas e liturgia deviam ser os mesmos em todos os lugares.

Não tendo história tão larga quanto da Igreja no Brasil, o Exército passou a ser uma instituição realmente nacional a partir do fim da Guerra do Paraguai. Muitos efeitos concorreram para isso, como a busca de consciência profissional, o sentimento do dever cumprido e a valorização profissional, que inclusive provocou uma crise junto ao Império

⁹ É necessário notar que o desenvolvimentismo tem a ver com economia industrializada e sociedade urbanizada. Para o estudioso do ISEB, desenvolvida era a economia que escapava dos limites e atrasos materiais da agricultura. É nas cidades industrializadas que o cidadão tem maiores possibilidades de ascender a uma vida de realizações (RAMOS, 1958, p. 28). Neste aspecto há dois comentários. Primeiro, a premissa de Guerreiro Ramos não pode ser separada do grande debate que ganhou espaço nas décadas de 1940 e 1950 sobre a preeminência tecnológica e econômica da economia industrializada sobre a agrícola. Sobre isso é pertinente resgatarmos o célebre debate entre Roberto Simonsen e Eduardo Gudin, em 1951, sob os auspícios da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Segundo, a nova interpretação sobre o desenvolvimentismo, que vai além da contabilidade “dura” e valoriza outros itens como qualidade da educação e saúde públicas tem seu início nos anos 1990, como a importância de se usar o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Sobre essa questão ver BRESSER-PEREIRA, 2003.

em virtude de queixas dos oficiais sobre as parcas condições materiais e financeiras da Arma. Resulta dessa contestação a chamada Questão Militar, que azedou as relações com Dom Pedro II.

A partir da busca de valorização e de melhores condições de trabalho o Exército passou a se ver como possuidor de um dever a cumprir com o país, cumpre dizer, uma missão histórica simbolizada por dois pressupostos: contribuir para a manutenção da unidade nacional e de civilizar o Brasil por meio de nova doutrina social. Constituir o princípio de pátria e transformar a realidade político-econômica, sobretudo de um Brasil escondido e não atraente, passou a ser a tarefa civilizacional a ser cumprida.

Talvez a melhor expressão individual dessa missão tenha sido o marechal Cândido Rondon. Nos primeiros anos do século XX, esse militar se embrenhou pelo Mato Grosso e Guaporé (atual Rondônia), na época regiões consideradas “excêntricas” e desconhecidas por boa parte das elites político-econômicas brasileiras. Munido do dever civilizador, Rondon queria desbravar aquela área, construir linhas de comunicação e estreitar contato com índios. Depois de sua morte, em 1958, o trabalho de Rondon passou a ser controvertido, uma vez que para os críticos sua visão de civilização era etnocêntrica (TODD, 2004, p. 193).¹⁰

Na Europa e nos Estados Unidos os estudos da moderna geopolítica tiveram espaço nas universidades. Ratzel lecionava em Berlim, Kjellen em Uppsala, Mackinder em Oxford e Spykman em Yale. É fato que houve concurso das forças armadas na conformação teórica desse saber, mas não tiveram ali preeminência. O almirante Alfred Mahan e o general Karl Haushofer foram exceções.¹¹

No Brasil a sorte foi diferente. No instante em que teoricamente a geopolítica estava sendo gestada nas universidades europeias, entre 1880 a 1920, ainda não havia vida universitária brasileira.¹² O que havia eram as citadas unidades isoladas, faculdades específicas, como as de medicina, direito e engenharia. Mesmo cursos fundamentais para o suporte da geopolítica, como a própria geografia e as ciências sociais, só apareceram nos anos 1930, mas com ponto de maturidade percebida a partir dos anos 1950.

¹⁰ Vale lembrar que o Mato Grosso da época de Rondon não havia sido dividido. Em 1976, no governo de Ernesto Geisel, o estado foi dividido em duas partes, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Rondônia é nome que em 1956 o governo Juscelino Kubitschek deu ao território federal do Guaporé, que ganhou condição de estado da Federação somente em 1982.

¹¹ Lembremos-nos de Mahan e Haushofer, o primeiro como defensor do poder naval contra o continentalismo de Mackinder e o segundo procurando adaptar à Alemanha nazista o trabalho do geógrafo britânico (MELLO, 1999; COSTA, 2008).

Como mencionamos há pouco, sem uma verdadeira vida universitária que alimentasse investigações (universais) e sem uma rede de debates, as faculdades não poderiam oferecer terreno tão fértil para o debate geopolítico e afim. O limite se dava em virtude não apenas das especificações profissionais, sem um centro aglutinador das ideias, mas também das distâncias regionais entre elas. Em todo caso, não seria lícito ignorar esforços que aquelas escolas demonstravam para que houvesse debate nacional, mesmo que fosse carregado de símbolos e valores mais importantes para os europeus do que para os brasileiros, como as falsas premissas do biologismo e do evolucionismo social (SCHWARCZ, 1994, p. 43).

Desta forma, na ausência de uma rede universitária que fomentasse investigações globais de ciências humanas, coube ao Exército a primazia de pensar a geopolítica nos moldes praticados pelos europeus nos primeiros anos do século XX. Podemos notar que parte importante dos docentes que lecionavam na academia militar, responsável pela formação do corpo de oficiais daquela arma, era proveniente de uma das faculdades isoladas. Neste aspecto, professores formados nas academias de direito e na Escola de Minas (atual Engenharia de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto) podiam debater algumas ideias.

Dessa forma, em resumo pode-se dizer que:

- 1) As ideias político-sociais eram relevantes na formação do oficial do Exército brasileiro.
- 2) O Exército era a única instituição nacional, junto com a Igreja Católica.
- 3) A disciplina, espírito de unidade profissional e o pragmatismo eram componentes necessários no Exército.
- 4) O espírito de missão a cumprir em prol da pátria tornou-se a essência do pensamento militar brasileiro.

Dai resulta que os conhecimentos do emprego da engenharia, das ciências físicas e da “sociologia” que os jovens oficiais absorviam tinham a finalidade de serem devolvidos

¹² Existe pequena controvérsia sobre a primeira universidade brasileira. Há quem acredite ser a atual Universidade Federal do Paraná a primeira a ser fundada em 1912. Outros acreditam que o título cabe à Universidade Federal do Rio de Janeiro (antiga universidade do Brasil) de 1920. E existem grupos que preferem a Universidade de São Paulo, 1934. Independente da escolha de datas, o que fica patente é que a real atividade universitária no Brasil é recente, mesmo fazendo comparações com as homólogas latino-americanas, como a de Córdoba, 1613, e Buenos Aires, de 1821. Um panorama sobre o assunto é encontrado no clássico de AZEVEDO, 1963.

como premissas de progresso social, civilização, ordem e industrialização nas primeiras décadas do século XX.¹³

Acerca do núcleo de fundo ideológico que animava os militares a chamarem para si o projeto civilizador para transformar o Brasil, os estudiosos do assunto destacam o positivismo (TORRES, 1969; COSTA, 1956). Presente na formação profissional daquela Arma, as ideias de Augusto Comte foram interpretadas como instrumento de ação pelos jovens oficiais que estavam abertos a novas posturas sociopolíticas. Diga-se de passagem, que não era apenas a baixa oficialidade brasileira que era sensível àquela influência; e de formas distintas, o positivismo também ganhou lugar na América do Sul, nas formações militares de Argentina e Chile.

No Brasil, o catecismo positivista ganhou leitura justamente no setor menos esperado: o Exército. A razão para isso remonta a incorporação pelos militares brasileiros na defesa dos ideais *republicanos*, sobretudo a partir de 1870, no fim da Guerra do Paraguai.

Comte acreditava que o futuro da humanidade, regida por sua doutrina, teria características muito especiais. O governo dessa sociedade deveria ser exercido pelos melhores: pessoas altamente preparadas para a função “profissional” da administração pública. As sociedades seriam naturalmente pacíficas e antibelicistas. Por ser pacífica a nova sociedade deveria prescindir dos militares, já que não haveria guerra para eles. Numa Europa conflagrada pela Guerra Franco-Prussiana, de 1871, e pela *realpolitik* de Bismarck, tal mensagem era bem excêntrica.

O comtismo trazia a exaltação de uma nova elite, gente preparada para governar, proveniente de cientistas e engenheiros. A sociologia teria lugar especial, pois ela seria a escola para a formação de governantes. Nela haveria o aprendizado da teoria com a *práxis*, com a aplicação na sociedade positiva (COMTE *apud* MORAES FILHO, 1978). Por fim, a nova sociedade seria industrializada. Eis o traço marcante para os militares brasileiros: industrialização e administração científica. Só faltaria quem aplicasse o modelo no país.

¹³ Figura central desse assunto é Euclides da Cunha. Aluno inquieto da Academia Militar do Realengo, atual Agulhas Negras, expressava descontentamento com aquilo que seria a apatia do II Império em face do progresso. No princípio, sua leitura da Guerra de Canudos (1896-1897) centrava-se na falta de avanço espiritual e material no sertão da Bahia. O progresso seria feito pelo movimento do 15 de Novembro, a ação dos militares para por o Brasil no lugar que lhe é devido na família da civilização. É interessante averiguar, para esse fim, a composição do currículo da Academia do Realengo e a relação das disciplinas ensinadas a Euclides (GALVÃO, 1984, pp. 7-34).

Considerações finais

Cumprir dizer que um ensaio sobre geopolítica brasileira não se limita apenas a retratar a importância do território e do espaço na articulação do poder político do Estado. Entendemos que trabalhar com o assunto proposto é também tocar questões de economia, de história e de política exterior. Aliás, pensar assim não deve ser novidade, uma vez que vários livros da história política do Brasil, por exemplo, demonstram essa pluralidade de temas, conceitos e metodologias.

Desta forma, não seria incongruente citar autores que, independente da vinculação ideológica, trilharam esse caminho. Por exemplo, falar de Mário Travassos não é apenas se prender à sua concepção de geopolítica da Bacia do Prata e a disputa entre Argentina e Brasil pela área. Mais do que isso, o ensaio do autor de *Projeção Continental do Brasil* é algo que procura demonstrar a importância de problemas econômicos e sociológicos que ainda persistiam em sua época, como a desnutrição e o subemprego. Por sua vez, ler Nelson Werneck Sodré (1968) não é apenas manifestação de uma vontade de saber história militar brasileira, é perceber que a história militar não é divorciada da diplomacia e da economia.

O motivo para isso é que a geopolítica, de modo geral, não é um departamento independente e autossustentável das ciências sociais. A geopolítica é produto da combinação geografia/ciência política, com o propósito de auxiliar aqueles que pensam o papel do espaço na arregimentação de poder. Papel este que, regularmente, é exercido pelo Estado por meio de militares, diplomatas e agregados, mas que pode sofrer modificações conforme a correlação de forças políticas dentro da própria unidade política¹⁴ (LACOSTE, 1989, p. 29).

Referências

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira: Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil*. Brasília: Edunb, 1963.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Edunb, 1986.

¹⁴ Na obra de Raymond Aron (1986) o termo unidade política aparece como substantivo de Estado quando se trata da idade contemporânea. Mas para o autor de *Guerra e Paz entre as Nações* as unidades políticas são territórios organizados politicamente, possuidores de cultura peculiar, valores afins e governados por um poder hierárquico. Neste conceito cabem as cidades-estados da Grécia Antiga e da Itália renascentista, bem como outros modelos de poder.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getulio Vargas a Lula*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil: O Desenvolvimento da Filosofia no Brasil e a Evolução Histórica Nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 2008.
- DIACON, Todd. *Rondon*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DEUTSCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília: Edunb, 1978.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FERREIRA, Oliveiros. *A Crise da Política Externa: Autonomia ou Subordinação*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- GALVÃO, Walnice Nogueira (Org.). Euclides da Cunha: História. *In Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1984.
- HASLAM, Jonathan. *A Necessidade é a Maior Virtude: O Pensamento Realista nas Relações Internacionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*. São Paulo: Ática, 1989.
- LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado: Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- MELLO, Leonel Itaussu. *Quem tem Medo da Geopolítica?* São Paulo: Hucitec, 1999.
- MORAES FILHO, Evaristo (Org.). Comte: Sociologia. *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1978.
- POPPER, Karl. *A Lógica da Investigação Científica*. *In Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1974.
- PRADO JUNIOR, Caio Prado. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- RAMOS, Guerreiro. *A Redução Sociológica*, Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.
- REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público: Curso Elementar*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- RODRIGUES, José Albertino (Org.). Pareto: Sociologia. *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1984.
- RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. *Uma História Diplomática do Brasil: 1531 a 1946*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SCHWRCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Interpretação da Realidade Brasileira: Introdução à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Edunb, 1982.

Recebido em Setembro de 2014.

Publicado em Janeiro de 2015.